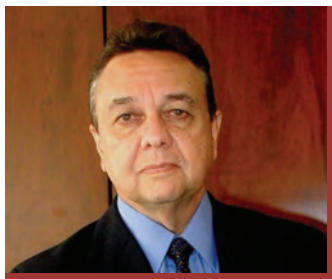


Diário de bordo

Contrastes



Roberto Rodrigues*

N O DIA 23 de janeiro passado, a Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz” comemorou uma significativa marca: diplomou seu 10.000º engenheiro agrônomo em sua história de 107 anos. Aliás, a Universidade de São Paulo, da qual a Esalq foi uma das fundadoras, celebra este ano seu 75º aniversário, ou seja, a Esalq é 32 anos mais antiga que a própria USP.

É indiscutível o extraordinário papel que o engenheiro agrônomo vem desempenhando na história recente em favor do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Com um imenso leque de diversificações profissionais - desde a pesquisa, passando pelo ensino, a extensão rural, a agregação de valor, o associativismo, as questões essenciais da sustentabilidade, a formulação de políticas públicas, a gestão rural, o planejamento estratégico - esses profissionais sempre se destacaram e continuam avançando em todos os campos.

Organizações como a Cati, o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Biológico, a Embrapa, o antigo sistema Embrater, entre tantas outras formidáveis alavancas do agronegócio, jamais teriam existido sem o engenheiro agrônomo. E, portanto, sem ele, não teríamos alcançado o elevado padrão de competitividade no campo. E a Esalq tem sido, nesta longa jornada, um celeiro de formação desses técnicos cuja nobre missão desenvolvimentista é indispensável.

Enquanto a bela solenidade de formatura se realizava em Piracicaba, eram publicados pela mídia brasileira informações sobre os empregos no país.

Pelos dados publicados, ficamos sabendo que, em 2008, 1,452 milhão de postos de trabalho foram abertos no Brasil, 165 mil a menos que no ano anterior. O ano terminou com 30,418 milhões de empregos com carteira assinada, cerca de 5% a mais que os de 2007.

Sabe-se que 37% de todos os empregos formais do país são gerados pelo agronegócio. No entanto, no ano passado, o setor foi o terceiro colocado na abertura de novos postos (198.000), atrás de serviços (648.000), comércio (382.000) e empatado com a construção civil.

Se usarmos os dados específicos do setor primário, sem a indústria de transformação, veremos que a agricultura e a silvicultura, separadamente, criaram 18,2 mil vagas, quase 3 mil a menos que em 2007.

O que se pode concluir desses números - sabendo-se que a agropecuária brasileira cresceu em 2008 em comparação a 2007, seja em termos de volumes físicos de produção (132 mi/ton em 2007 e 143,8 mi/ton em 2008), seja em termos de valor da produção (de 223 bilhões de reais para 297 bilhões)?

Ficam claras pelo menos duas conclusões: a primeira é que a crise financeira global pegou pesado no campo. Tanto é verdade que o campo foi o segundo segmento que mais fechou postos de trabalho em dezembro, atrás apenas da indústria de transformação, embora isso não seja excepcional nesta época.

E a segunda é a crescente mecanização: o campo produz cada vez mais com menos gente, o que é positivo economicamente e negativo socialmente.

Agrônomos ajudam a competir. Competição reduz empregos. Contrastes da vida real. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Fora de hora



Cesário Ramalho da Silva*

D ECRETO DO governo do estado de São Paulo, publicado no dia 07 de fevereiro, criou facilidades para recomposição da Reserva Legal no estado. De acordo com o texto, a Reserva Legal poderá ser recomposta fora da propriedade, com o produtor rural arrendando floresta de terceiros que estejam na mesma bacia hidrográfica e com a mesma importância ambiental.

Além disso, o decreto possibilita que a RL seja recomposta, no limite de 50%, com espécies exóticas, de uso econômico, como eucalipto e seringueira. Entretanto, a outra metade precisa ser de espécie nativa.

Apesar desses avanços, o decreto é inoportuno, pois tenta regulamentar, no âmbito jurídico estadual, matéria em discussão na esfera federal., o Código Florestal Brasileiro, que apresenta problemas e que precisa ser alterado.

O decreto determina um processo de reflorestamento aos produtores paulistas, justamente em um momento de crise financeira. Mais que isso, impõe uma obrigação que, de repente, poderá ser alterada, haja vista a necessidade de atualização do Código Florestal, o que provocará gastos desnecessários aos produtores.

O texto do decreto paulista desconsidera, ainda, parques, estações ecológicas e demais áreas de proteção ambiental - que são florestas -, para que São Paulo atinja os 20% de RL hoje ainda exigidos por lei.